



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SETOR DE TRANSPORTE

Termo de Referência nº 1/2026 - GPGJ/DG/CSG/STRANS/PGJ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Alienação de veículos oficiais integrantes do patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, avaliados como bens móveis inservíveis, a ser realizada pela modalidade Leilão, mediante as Condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2. Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.3. Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1. 4.DETALHAMENTO DO OBJETO:

ANEXO I - LEILÃO								
	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	LANCE MÍNIMO
1	9BD110546A1515177	169439534	NMU7119	FIAT	LINEA	PRETO	2009/2010	R\$ 6.500,00
2	9BD15822784989841	925474290	NHF0283	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R\$ 5.000,00
3	93XGNK740AC962760	177993731	NMW5140	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2009/2010	R\$ 23.666,67
4	3N1AB6AD5CK600705	458205958	NXM2422	NISSAN	SENTRA	PRETO	2011/2012	R\$ 8.500,00
5	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 3.500,00
6	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 1.500,00
7	94DTAFL10CJ986618	459472577	NXM7815	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 3.500,00
8	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 3.500,00
9	94DTAFL10CJ988424	459412400	NXM5702	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 2.000,00
10	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 3.500,00
11	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R\$ 2.000,00
12	9BYC2762S8C001859	110419820	NHQ8868	AGRALE	8500 TCA	BRANCO	2008/2008	R\$ 22.666,67
13	8AFDR12A3CJ016848	469921439	NXO8184	FORD	RANGER	PRETO	2012/2012	R\$ 17.000,00
14	WF0DXPTDFDTU73726	569652383	OJH7556	FORD	VAN TRANSIT	BRANCO	2013/2013	R\$ 24.000,00
15	9BG148MK0JC424884	1135427710	PSZ5858	CHEVROLET	S10	PRETO	2017/2018	R\$ 26.666,67

16	9BD15822A96178789	985783044	NHP3746	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R\$ 5.000,00
17	9BD15822A96179542	985785810	NHP6450	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R\$ 5.000,00
18	9BD15822A96180385	985780096	NHP6267	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R\$ 5.000,00
19	9BD15822AD6838968	552047473	OJF4172	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2013/2013	R\$ 5.833,33
20	9BD373154E5035349	552051659	OJF5233	FIAT	PALIO WK	BRANCO	2013/2014	R\$ 8.400,00
TOTAL:								R\$ 182.733,34

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

2.2. A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

2.3. Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

2.4. Considerando que, até a presente data, não há disponibilidade de plataforma eletrônica gratuita que atenda de forma adequada às necessidades deste órgão para a realização de leilão de bens, opta-se pela condução do certame exclusivamente na modalidade presencial.

Tal decisão encontra amparo no inciso IV do art. 31 da Lei nº 14.133/2021, que admite a realização de leilão presencial nos casos em que haja inviabilidade técnica para sua execução por meio eletrônico. No presente caso, a inviabilidade técnica decorre da inexistência de solução tecnológica que, além de atender aos requisitos de segurança, transparência, controle dos lances e regular condução do procedimento, seja disponibilizada de forma gratuita também aos licitantes/interessados.

Verifica-se que as plataformas eletrônicas atualmente disponíveis no mercado, em regra, condicionam a participação no leilão ao pagamento de taxas ou comissões pelos participantes/arrematantes, seja para habilitação, oferta de lances ou conclusão da arrematação. Tal circunstância impõe ônus financeiro aos interessados, podendo restringir a competitividade e afastar potenciais participantes, em afronta aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação.

Ressalta-se, ainda, que este órgão já realizou leilões tanto na modalidade presencial quanto na modalidade eletrônica, sendo possível aferir, na prática, a efetividade de cada formato. Nos certames realizados de forma presencial, alcançou-se o percentual de aproximadamente 63% de veículos arrematados, ao passo que, na modalidade eletrônica, o índice foi de apenas 44%. Tais dados evidenciam maior eficiência da modalidade presencial na alienação dos bens, contribuindo de forma mais efetiva para o atendimento do interesse público.

Ademais, a adoção da modalidade presencial permite maior controle administrativo sobre todas as etapas do leilão, com verificação imediata da identidade dos participantes, acompanhamento direto dos lances e mitigação de riscos relacionados a falhas tecnológicas, instabilidades de sistema ou limitações de acesso.

Dessa forma, a realização do leilão na forma presencial apresenta-se como a alternativa mais adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, assegurando a ampla participação, a lisura do certame e a efetiva alienação dos bens públicos, sem a imposição de custos aos licitantes/interessados.

2.5. A Administração informa que os veículos inservíveis deste leilão estão livres de quaisquer ônus, gravames ou pendências que restrinjam sua alienação. Todos os bens foram previamente verificados junto aos órgãos competentes, garantindo a ausência de débitos de IPVA, multas, taxas ou restrições administrativas e judiciais. Dessa forma, os interessados podem participar do certame com segurança, certos de que os veículos serão entregues regularizados e livres de impedimentos.

2.6. É responsabilidade do arrematante eventuais despesas posteriores relativas à transferência, regularização, tributos e taxas incidentes.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente alienação de bens móveis inservíveis será realizada na modalidade **LEILÃO**, nos termos do **art. 31 da Lei nº 14.133/2021**, aplicável à venda de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, devendo vencer o licitante que oferecer o **maior lance** e observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023, e demais normas regulamentadoras específicas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

3.2. A alienação encontra respaldo ainda no **art. 76 da Lei nº 14.133/2021**, que disciplina a alienação de bens da Administração Pública, bem como nas demais normas aplicáveis à matéria.

4. PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

4.1. Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

4.2. A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

4.3. Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.

5.2. Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

5.3. O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

5.4. Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

5.4.1. O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

5. Os veículos disponibilizados para venda no presente leilão, são bens usados, inservíveis para a Administração Pública, sendo que, poderão estar danificados ou faltando peças, assim, serão vendidos no estado e nas condições em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

6. DA ENTREGA DOS BENS

6.1. O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

6.2. Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

6.3. Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

6.4. Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

6.5. Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

6.6. Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

6.7. Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

6.8. Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

6.9. Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

6.10. Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 6.3 deste instrumento, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

6.11. A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloadado em outra oportunidade.

6.12. Ficará por conta e responsabilidade do arrematante a retirada e o traslado do(s) veículo(s), bem como a transferência de propriedade, sua regularização documental junto ao DETRAN dentro do prazo legal, inclusive o pagamento de IPVA proporcional, bem como outras taxas, caso devidas.

7. DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO

7.1. A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R\$ 182.733,34 (cento e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.



Documento assinado eletronicamente por **ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES, Coordenador**, em 13/04/2026, às 11:43, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL JATAY CASANOVAS, Chefe de Seção**, em 13/04/2026, às 11:57, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0387866** e o código CRC **0E794D98**.

O MP trabalha para você!

Avenida Carlos Cunha s/n - Bairro Jaracaty - CEP 65.076-906 - São Luís - MA

Contato: - e-mail: transporte@mpma.mp.br